DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Sumário

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2021 4

I. APRESENTAÇAO 6

II. PRINCIPAIS INDICADORES 7

III. DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR 8

IV. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 10
MISSÃO, VISÃO, VALORES 10
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 11
MAPA ESTRATÉGICO 2021 12
PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2021 14
APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2026 16
AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 17
PÚBLICO-ALVO 17
PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2021 18
CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS 18
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO 19
PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO 20

V. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA 20

VI. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO 22

VII. PARCEIROS 23
ENTIDADES PARCEIRAS 25
PATROCÍNIO E APOIO A EVENTOS 26

VIII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 26
CONJUNTURA ECONÔMICA 26
DESEMPENHO OPERACIONAL 29
ATUAÇÃO ESTRATÉGICA 30
DESEMPENHO FINANCEIRO 34

IX. DESTAQUES 36

FICHA TÉCNICA 40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 42

BALANÇO PATRIMONIAL 43

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 45

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 46

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO 47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 48
1 - Contexto operacional 48
2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 49
3 - Principais práticas contábeis 50
4 - Caixa e equivalentes de caixa 54
5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 55
6 - Operações de crédito 57
7 - Outros Ativos 60
8 - Imobilizado e Intangível 61
9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros 62
10 - Obrigações fiscais correntes e diferidas 63
11 - Outros Passivos 64
12 - Patrimônio líquido 65
13 - Desdobramento das contas de resultado 66
14 - Imposto de renda e contribuição social 69
15 - Transações com partes relacionadas 70
16 - Contingências 72
17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) 72
18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS) 73
19 - Integração entre os riscos 73
20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital 73
21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital 74
22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3 76
23 - Programa de Testes de Estresse 76
24 - Relatórios 77
25 - Limites Operacionais 77
26 - Análise de Sensibilidade 78
27 - Outras Informações 80
28 - Eventos Subsequentes 82

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 84

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 90

PARECER DO CONSELHO FISCAL 93

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 94

Relatório Anual da Administração

2021

I. APRESENTAÇÃO

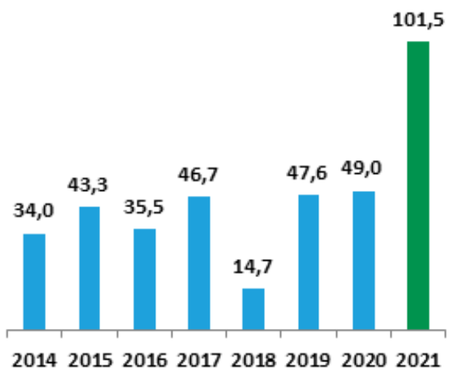
Este é o **13º Relatório Anual da Administração do Desenvolve SP** - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização para o exercício de 2021.

Tem por objetivo ser um instrumento que facilite a comunicação mais abrangente e transparente com clientes, colaboradores e demais stakeholders da instituição. Apresenta os principais resultados alcançados, presta contas de suas atividades com informações sobre os seus desempenhos operacionais e financeiros, destacando as principais iniciativas realizadas, assim como seus objetivos e políticas.

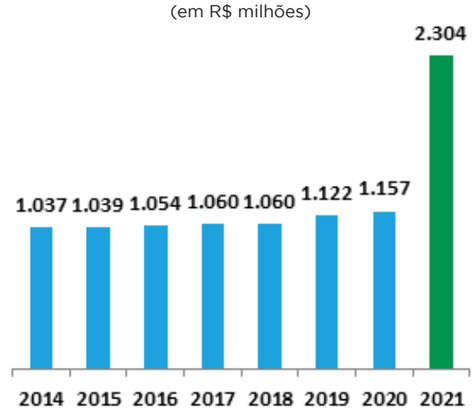
A edição de 2021 destaca as ações tomadas pelo Desenvolve SP em seu plano de negócios abrangendo conceitos de sustentabilidade e inovação, os aportes realizados pelo controlador no exercício, totalizando R$ 1,1 bilhão, e o Lucro Líquido histórico de R$ 101,5 milhões.

II. PRINCIPAIS INDICADORES

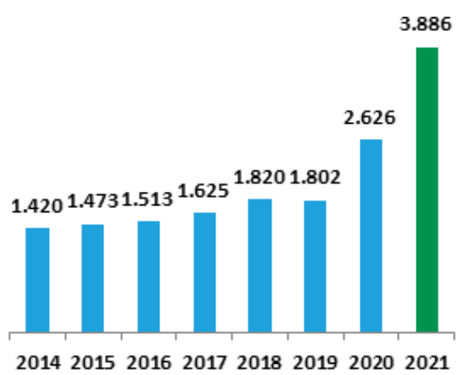
Lucro Líquido
(em R$ milhões)



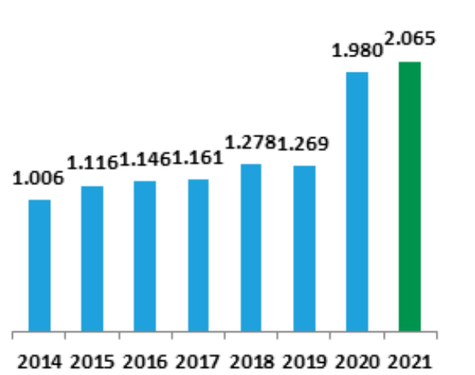
Patrimônio Líquido
(em R$ milhões)



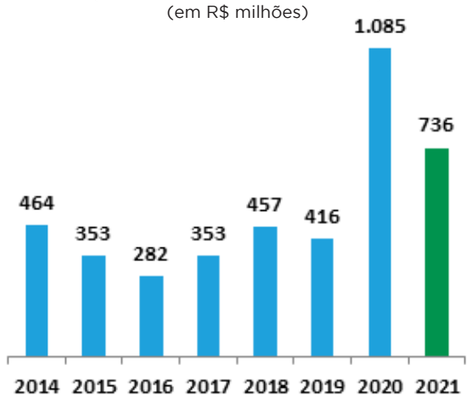
Ativo Total
(em R$ milhões)



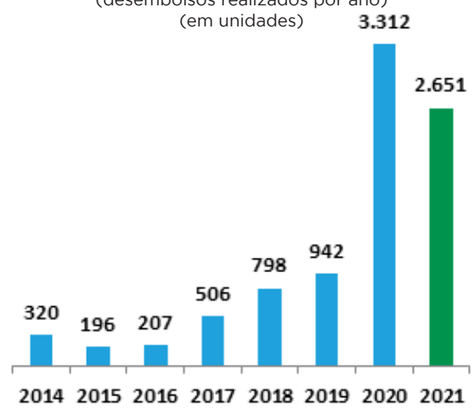
Saldo de Carteira de Crédito
(em R$ milhões)



Desembolso - Valores
(desembolsos realizados por ano)
(em R$ milhões)



Desembolso - Quantidade
(desembolsos realizados por ano)
(em unidades)



III. DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

O Desenvolve SP, o Banco do Empreendedor, é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142 de 6 de setembro de 2007, tendo sido constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma Instituição pública não dependente do Tesouro, e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Com sede no município de São Paulo, a instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2019, passou a ser vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Foi concebido como instrumento institucional de apoio à execução de políticas financeiras destinadas ao desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, coordenando e implantando políticas financeiras de fomento.

Cabe ao Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto do Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

No 1º semestre de 2021, o Governo do Estado de São Paulo autorizou os aumentos de capital, por meio de aporte, nos valores de R$ 51 milhões e de R$ 18 milhões.

Em 8 de outubro de 2021, foi publicado o Decreto Estadual nº 66.103, com abertura de novo crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Fazenda e Planejamento para repasse ao Desenvolve SP no valor de R$ 1 bilhão. Esse valor será destinado para as operações do programa Desenvolve Municípios, que tem como objetivo o financiamento de pavimentação, recapeamento e iluminação pública dos municípios paulistas, e a linha ESG – Saúde, Linha de crédito destinada às Santas Casas e outras instituições beneficentes de saúde e que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, voltada a financiar a aquisição de sistemas e equipamentos fotovoltaicos para geração de energia.

Com esses aportes, em 2021, o Capital Social do Desenvolve SP passou a ser de R$ 2,2 bilhões.

IV. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2021 a 2024 e de seu Plano de Negócios 2021, teve como principal foco o papel da instituição no apoio financeiro da economia paulista, onde o Desenvolve SP teve um papel relevante de política anticíclica.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

VALORES

Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;

Prezamos pela responsabilidade socioambiental;

Buscamos a eficiência em todos os negócios;

Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;

Temos orgulho de fazer parte desse time.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para o período de 2021 a 2024, foram definidas como diretrizes de atuação:

RELAÇÃO COM GOVERNO

Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e reduzindo as diferenças regionais.

Estar presente nos planos de retomada da economia após o Covid-19.

O Desenvolve SP vem atuando de forma integrada com as entidades do Governo Estadual, constituindo-se em um instrumento de apoio às políticas públicas, em programas e projetos para o desenvolvimento sustentável das regiões do Estado e para os diversos setores da economia.

INOVAÇÃO

Inovar em todos os seus negócios, a fim de potencializar a sua presença no mercado, maximizar os seus resultados, garantindo a sua perenidade.

O compromisso com a **INOVAÇÃO**:

Visão interna: mais que uma oportunidade para o aumento de produtividade, hoje é o caminho para alavancar o crescimento da Instituição. Cabe ao Desenvolve SP investir intensamente na inovação de soluções financeiras e tecnológicas, por meio de parcerias estratégicas, inclusive, visando aumentar sua base de negócios e facilitar o acesso de seu público-alvo ao crédito;

visão externa: apoiar projetos inovadores que agreguem avanços significativos na produtividade e no desenvolvimento regional do Estado.

SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

A **SUSTENTABILIDADE** da instituição, fundamental para qualquer organização, é um dever quando a Instituição é provida de recursos públicos. Perseguir a autogeração de valor econômico e socioambiental é o pilar da Instituição.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

A gestão eficaz de uma empresa pressupõe a capacidade de manter a eficiência e efetividade em seus serviços. No entanto, para se atingir essa diretriz, é necessário que haja políticas e estratégias eficientes de gestão e integração de esforços entre o governo e a instituição, para o bem da sociedade.

VALORIZAÇÃO DE PESSOAS

Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

Como a chave para o sucesso do Desenvolve SP, bem como seu desenvolvimento, a **VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS** é uma das diretrizes de atuação do Desenvolve SP.

MAPA ESTRATÉGICO 2021

Alinhado às diretrizes estratégicas, o Mapa Estratégico evidencia os desafios que a organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. A organização visual dos objetivos é de extrema importância para a criação de uma estratégia gerencial focada em resultado e para esclarecer a lógica de como e para quem ele criará valor.

Para o Desenvolve SP, seu objetivo final é contribuir para o crescimento sustentável do Estado de São Paulo, promovendo a geração de emprego e renda. E para isso, foram definidos 13 objetos empresariais, que visam criar valor à instituição e aos seus clientes e ajudá-los a cumprir a sua missão.

Figura 1 – Mapa Estratégico

Fonte: Desenvolve SP (2021)

PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2021

Em função da atuação do Desenvolve SP, em parceria com o Governo do Estado para combater a atual crise econômica paulista, foi analisado o impacto de estratégias emergenciais, tais como:

- Formas para a ampliação de recursos para financiamento de micro, pequenas e médias empresas através de captação de recursos com Organismos Nacionais e Internacionais;
- Como ampliar as parcerias público-privadas possíveis, para combater a crise atual, procurando engajar, inclusive, o sistema financeiro, público e privado;
- Projeção e controle rigoroso da liquidez da instituição, considerando o maior risco de crédito devido ao cenário atual, principalmente em operações com recursos de terceiros; e
- Já antecipando o final da crise, definir estratégias para o momento seguinte: de recuperação e sustentação.

Reposicionamento estratégico frente aos impactos econômicos
O Desenvolve SP lançou medidas relevantes interna e externamente, a fim de mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19, proteger a vida e as empresas e preservar empregos e renda.

Alinhada ao Plano São Paulo, a instituição definiu macro ações de curto (3 – 6 meses) e médio/longo prazos (6 – 12 meses e 12 meses – 3 anos, respectivamente), sendo observadas as diretrizes de seu Planejamento Estratégico, com alterações pontuais nas medidas de curto prazo.

Diante do cenário desafiador e com base nesse reposicionamento, foram mantidos os seis pontos do Plano de Negócios do Planejamento Estratégico, com as adequações necessárias:

INOVAÇÃO

- Inovação como princípio transversal em todo plano de negócios da Instituição;
- Estar presente nos núcleos inovadores e nos negócios correlacionados;
- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras;
- Atualizar a arquitetura tecnológica da Instituição;
- Ampliar a atuação em Fundos de Investimento em Participações;
- Firmar parcerias estratégicas com empresas que apresentem soluções inovadoras.

FUNDING

- Inovação como princípio transversal em todo plano de negócios da Instituição;
- Estar presente nos núcleos inovadores e nos negócios correlacionados;
- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras;
- Atualizar a arquitetura tecnológica da Instituição;
- Ampliar a atuação em Fundos de Investimento em Participações;
- Firmar parcerias estratégicas com empresas que apresentem soluções inovadoras.

MICROCRÉDITO

- Gestão compartilhada do Microcrédito com o Banco do Povo Paulista.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras, em ambiente digital, específicas para esse público;
- Potencializar parcerias para atendimento às micro e pequenas empresas, de forma regionalizada;
- Utilizar os fundos governamentais para subsidiar e garantir os financiamentos para esse público.

PREFEITURAS

- Elaborar política de investimento para o setor público, considerando as políticas anticíclicas pós pandemia;
- Atuar alinhada aos programas governamentais, com ênfase na parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Apoiar projetos municipais em infraestrutura, mobilidade urbana, iluminação pública, entre outros, que proporcionem o desenvolvimento regional;
- Apoiar preferencialmente projetos de modernização, inovação e sustentabilidade.

COBRANÇA

- Utilizar a tecnologia para gestão do relacionamento com devedores e para recuperação do crédito;
- Buscar soluções alternativas de cobrança especializada externa;
- Utilizar medidas regulamentadas em situação de calamidade pública, visando evitar inadimplência.

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2026

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2026 e foram definidos como princípios transversais a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG).

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da instituição:
https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/

AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da companhia, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento a Deliberação Codec 04/2019, emitido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores do Desenvolve SP, envolvendo a participação de 11 membros, sendo oito do Conselho de Administração e três da Diretoria Executiva, mediante o preenchimento de formulários específicos.

A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual.

O processo de avaliação atribuiu uma pontuação que variava de 1 a 4 para cada uma das dimensões, baseada na seguinte escala:

a) Mudanças relevantes são necessárias;

b) Algumas mudanças são necessárias;

c) Satisfaz as expectativas; e

d) Supera as expectativas.

O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que atestou a sua conformidade.

PÚBLICO-ALVO

O foco do Desenvolve SP são microempresas, empresas de pequeno e médio porte e setor público, atendendo as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R$ 81 mil até R$ 300 milhões, atuantes no agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Cabe ainda observar que todas as ações do Desenvolve SP são apoiadas em seu Planejamento Estratégico e baseada nos seguintes princípios orientadores:
EFICIÊNCIA, PESSOAS, PARCERIAS, INOVAÇÃO E CRÉDITO.

PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2021

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2021-2024, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2021.

Foram definidos onze indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram como Meta Global[1] um resultado de 94,21%.

CONTROLES INTERNOS, *COMPLIANCE* E GESTÃO DE RISCOS

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

1 Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

No âmbito de Basileia III, o Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrado nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, do CMN, o Desenvolve SP possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que define restrições a serem observadas para a não concessão de crédito a setores ecologicamente incorretos e ainda, procedimentos para avaliação, mensuração e mitigação do risco socioambiental presente nas operações de crédito.

Em 2021, a Suric criou procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental das operações do Projeto Novo Rio Pinheiros, baseados nos Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Em 2021, o Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se a publicação da Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade, disponível no site da instituição
https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/

PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

O **Desenvolve SP** participou da autoavaliação de aderência às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), onde foi disponibilizado um roteiro de atuação, com sugestões de aprimoramento das melhores práticas. Os próximos passos consistem em verificar essas sugestões e definir os procedimentos para implantação no **Desenvolve SP.**

V. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

O Desenvolve SP, como braço financeiro do Governo do Estado de São Paulo, tem como missão o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, com base nos preceitos do *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG) e vem atuando cada vez mais alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Alinhada a estes princípios, em 2021, o Desenvolve SP deu importantes passos:

• Foi aprovado o **Relatório de Sustentabilidade 2020**, elaborado em conformidade com a opção Essencial das diretrizes e recomendações das normas da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional, que tem como missão desenvolver e divulgar as diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, de aplicabilidade global.

• Foi instituído o **Programa Socioambiental Desenvolve SP** com o objetivo de apoiar iniciativas, projetos e investimentos em políticas públicas associados a ações ESG, de forma a cumprir o papel social da nossa instituição e a adoção de melhores práticas de governança corporativa, promovendo a melhoria das condições de vida e colaborando com o desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo.

• O Desenvolve SP passou a ter autorização para utilizar o selo ***Carbon Free* Brasil,** que reconhece empresas com práticas voltadas a zerar suas emissões de carbono. Com a iniciativa, será possível a neutralização das emissões de carbono através do plantio de 380 árvores nativas da Mata Atlântica, que fixarão, ao longo de seu crescimento, a mesma quantidade de carbono emitido pelas atividades empresariais do Desenvolve SP no ano de 2021. Serão, portanto, neutralizadas 113,9 toneladas de CO2eq, que resultarão na regeneração de 2,3 mil m_2 de Mata Atlântica.

• O Desenvolve SP ingressou na **Rede Brasil do Pacto Global,** iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial na adoção e promoção, em suas práticas de negócios, dos Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a criação dos ODS, o Pacto Global também assumiu a missão de engajar o setor privado nesta nova agenda. Ao integrar o Pacto Global, nos comprometemos a reportar anualmente o nosso progresso em relação aos Dez Princípios. Assim, a iniciativa estimula a evolução constante das práticas internas de sustentabilidade.

• O **Acordo Ambiental** São Paulo, lançado em 29 de novembro de 2019, trata de uma ação pioneira de um governo subnacional com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), a fim de conter o aquecimento global abaixo de 1,5ºC, confirmando o compromisso do Governo Paulista com esse esforço internacional. Em 2021, o Desenvolve SP passou a integrar o acordo sendo a primeira Instituição Financeira.

• O Desenvolve SP participou da **Campanha Inverno Solidário,** promovida pelo Fundo Social de São Paulo – FUSSP. Foi uma iniciativa para arrecadação de cobertores novos, visando ajudar aqueles que mais precisam, especialmente neste momento delicado. Ao todo, foram doados 300 cobertores pelos colaboradores, o que representa uma arrecadação muito significativa e a maior da história da instituição.

• Também foi realizada campanha inédita de doação de alimentos para as famílias afetadas pela pandemia, por meio da qual o Desenvolve SP multiplicou por 100 cada cesta básica doada pelos colaboradores. Na campanha da **"Vacina Contra a Fome",** foram distribuídas 10.323 cestas.

• Implantação da **Linha ESG - Saúde:** Linha de crédito destinada às Santas Casas e outras instituições Beneficentes de saúde e que prestam serviços ao SUS no estado, voltada a financiar a aquisição de sistemas e equipamentos fotovoltaicos para geração de energia.
A linha conta com o prazo total de até 72 meses, incluído até 12 meses de carência, além de participação de até 100% dos itens financiáveis. As taxas aplicadas à linha serão as mesmas vigentes para a Linha Economia Verde, atualmente 6,5% a.a. acrescido de Selic e ainda, a linha conta com garantia de recebíveis do SUS.

VI. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, o Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados à programas e projetos do estado de São Paulo.

Em setembro de 2021, o Desenvolve SP passou a administrar o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), cujo patrimônio em dezembro de 2021 alcançou R$ 634,1 milhões, e uma carteira de operações reembolsáveis de R$ 4,7 milhões. O Fundo, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, tem como objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

Também em 2021, o Desenvolve SP concluiu a contratação e aporte de recursos iniciais de mais dois Fundos de Desenvolvimento: o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS), anteriormente administrado pelo Banco do Brasil e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Fundovale), que recebeu sua primeira dotação orçamentária em 2021 sob administração do Desenvolve SP.

O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista/Banco do Agronegócio Familiar Estruturação (Feap/Banagro), em 2021 lançou a Linha Custeio Emergencial Agro SP, focada em despesas para manutenção, recuperação ou produção agropecuária prejudicadas pela dificuldade de comercialização de produtos em consequência da pandemia, sinistros climáticos decorrentes de seca ou das geadas ocorridas entre junho e agosto de 2021.

Lançada no final de setembro de 2021, realizou 1,6 mil operações, superando a meta inicial de R$ 100 milhões destinados para linha, e um valor adicional de R$ 20 milhões para suprir a demanda acima da meta inicial. Em dezembro, houve o lançamento da Fase II, com a destinação de mais R$ 50 milhões, sendo 80% dos recursos solicitados em apenas um mês.

VI. PARCEIROS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O **Desenvolve SP** participa ativamente de projetos de políticas públicas do **Governo do Estado de São Paulo**, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Semanalmente, participa de reunião do Secretariado do Estado de São Paulo, cujas pautas estratégicas permitem que o Desenvolve SP participe das discussões e contribua para a implementação das políticas públicas do Estado.

O Desenvolve SP atua como instrumento financeiro em diversos programas, como: Programa Vale do Futuro; Programa de Crédito Turístico; Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (ProAV); Programa Novo Rio Pinheiros; Programa Pontal 2030 (Paranapanema); Programa Aesp (Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo); Programa EMTU (Empresa Metropolitana dos Transportes Urbanos de São Paulo); Programa Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo); Programa Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo); Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi); Programa de Apoio à Inovação; Programa Empreenda Rápido; Transformando Cidades; Programa Frota Nova; Programa Água Limpa; Iluminação Pública; Programa SP + Consórcios; Programas de Crédito Emergenciais; Programa Desenvolve Municípios.

Dentre estes, destacamos os seguintes programas:

• Vale do Futuro
Tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico de parte dos municípios situados na região do Vale do Ribeira, por meio do financiamento ao agronegócio, comércio, serviços, indústrias e projetos de infraestrutura das prefeituras.

O Desenvolve SP lançou neste ano, o Desenvolve Vale, série de agendas de atendimento presencial a empreendedores do Vale do Ribeira, realizadas periodicamente com o objetivo de ouvir e ajudar os empresários a tirarem dúvidas e entenderem o processo para obtenção de crédito.

Em 2021, foram desembolsados R$ 16,4 milhões para a região, sendo superada a meta de R$ 13,5 milhões de desembolso para o ano.

• Novo Rio Pinheiros
O Programa Novo Rio Pinheiros tem o objetivo de revitalizar este importante símbolo da cidade de São Paulo por meio de ações de diversos órgãos públicos em parceria com a sociedade. A meta, até o fim de 2022, é reduzir o esgoto lançado em seus afluentes, melhorar a qualidade das águas e integrá-lo completamente à cidade.

Para isso, o Desenvolve SP assinou contrato com a IFC e o Banco Santander, para captação de recursos no valor de US$ 30 milhões para o financiamento de projetos de saneamento básico e água potável, através de condições de financiamento facilitadas por meio da linha de crédito Economia Verde (LEV), desembolsando neste Programa R$ 150,2 milhões.

• Pontal 2030
Lançado em 2021 pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, o programa de desenvolvimento para a região do Pontal do Paranapanema, denominado Pontal 2030, visa o alinhamento de políticas públicas para a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais dos 32 municípios definidos como prioritários pertencentes à Região de Governo de Presidente Prudente, com o acréscimo de João Ramalho.

O Desenvolve SP participa do programa realizando financiamentos às empresas e aos municípios da região. Em 2021, foram desembolsados R$ 4,1 milhões.

ENTIDADES PARCEIRAS

Além dos programas governamentais, o Desenvolve SP formalizou em 2021, parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia em seus planos estratégicos:

Grant Agreement firmado com a GiZ
O Desenvolve SP aprovou a implementação do fundo garantidor no âmbito do Programa PotencializEE, coordenado pela GiZ. O fundo em questão tem como objetivo fornecer garantias a operações de eficiência energética e prevê a originação para o Desenvolve SP de mais de R$ 400 milhões em operações ao longo dos três anos de projeto. Os recursos do fundo são provenientes do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility.

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, empresas inovadoras e do segmento de sustentabilidade ambiental, o Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso a financiamentos para micro, pequenas e médias empresas.

Neste ano, foram cerca de quarenta e três interações com parceiros, por meio de eventos virtuais, salas de crédito e reuniões presenciais.

Neste momento de retomada da economia e com o avanço da imunização no estado de São Paulo, além da captação de recursos para financiamento a projetos, o Desenvolve SP busca focar na formalização de parcerias, em especial, com entidades de classe cujo viés está diretamente relacionado à sustentabilidade e à inovação, que vai, ao encontro do seu Planejamento Estratégico.

PATROCÍNIO E APOIO A EVENTOS

Como parte do posicionamento estratégico desenvolvido para o fortalecimento da marca e a difusão da cultura empreendedora, em 2021 o Desenvolve SP se mostrou mais uma vez um parceiro importante em iniciativas que reforçaram as mensagens-chave de suporte ao ambiente de retomada econômica do estado em vários setores. Destacam-se aqui o patrocínio a eventos institucionais como o "Agenda São Paulo 2021", aos eventos "Cidades e Consórcios Inteligentes – modernização na gestão pública pós pandemia", "Fórum Bandnews – SOS Pequenas Empresas – Caminhos para estimular uma recuperação saudável e inclusiva" e "Intercidades – Desenvolve Municípios", além do "4º Conexidades – Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados".

Visando apoiar o desenvolvimento sustentável dos municípios, a instituição patrocinou o evento "Novo Marco do Saneamento: nova fronteira de Investimentos", um tema de forte atuação do banco, que teve no projeto Novo Rio Pinheiros o principal desembolso na Linha LEV. Na linha de Negócios, outro exemplo de atuação multidisciplinar, foi o patrocínio ao "Fórum do Agronegócio", e na área de Cultura, destaque para o patrocínio aos eventos "Fest Campos" e "Curso de Musicalização".

VIII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONJUNTURA ECONÔMICA

No cenário econômico mundial, a Covid-19 ainda torna as perspectivas de crescimento econômico incertas, porque a possibilidade de novas cepas gera risco à recuperação da atividade econômica nos diversos países. Por outro lado, o crescimento dos mercados internacionais está ligado à política anti-crise e à evolução da vacinação em todo o mundo. O Relatório Focus, do Banco Central, avaliou que o ano de 2022 deve ser caracterizado por menor crescimento estimado em 0,5%, relacionado às incertezas geradas pelos impulsos fiscais e à política de juros mais altos para o combate à inflação. Para as economias emergentes, como o Brasil, afetadas da mesma forma, essa combinação implica num cenário ainda mais difícil para a política econômica.

A expectativa de crescimento global do Banco Mundial é de 5,5% em 2021. No entanto, em seu relatório de perspectivas globais (janeiro/2022), a instituição financeira mundial destaca que o crescimento estará concentrado em algumas das principais economias. As economias emergentes e em desenvolvimento (EEDs) enfrentam a dificuldade de encontrar o equilíbrio entre estimular a recuperação e estabilizar os preços. A partir de 2022, no entanto, o Banco Mundial é mais cauteloso. A perspectiva global continua sujeita a riscos, incluindo a possibilidade de novas ondas da Covid-19 e tensão financeira em meio aos altos níveis de endividamento das EEDs. O crescimento da atividade econômica nas EEDs deve avançar 6,3% este ano e 4,6% no próximo ano, ao passo que a economia mundial deve crescer 5,5% em 2021 e 4,1% em 2022.

A pandemia expôs o Brasil a um desafio sanitário e econômico sem precedentes. Todavia, assim como nas demais economias, para o país, se espera uma melhora no ritmo econômico. De acordo com o Bacen, na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), referente a reunião de 01 e 02 de fevereiro/2022, foi sinalizado um ambiente pouco favorável, com a persistência do processo inflacionário mundial, especialmente nos Estados Unidos, que gera impactos no ambiente interno. Isto, segundo entendimento do Banco Central, tornará as condições financeiras mais desafiadoras para as economias emergentes. Ademais, a nova onda da Covid-19 coloca incerteza quanto ao ritmo da atividade, ao passo que pode postergar a normalização das cadeias globais de produção.

Em relação à atividade econômica doméstica, indicadores relativos ao comércio e serviços mostraram evolução ligeiramente melhor que a esperada em novembro, enquanto a indústria apresentou recuperação em dezembro. Para 2022, se por um lado o aperto mais intenso das condições financeiras atua desestimulando a atividade econômica, por outro, o Copom acredita que o crescimento poderá ser beneficiado pelo desempenho da agropecuária e pelo processo remanescente de normalização da economia – particularmente no setor de serviços e no mercado de trabalho. Com relação aos preços, a inflação ao consumidor poderá se apresentar elevada, com alta disseminada entre vários componentes. De acordo com os membros do Copom, a inflação poderá se mostrar mais persistente que o esperado.

A pandemia e a política sanitária adotada para responder a ela resultou em forte queda da demanda externa e interna, que contribuiu para a crise no abastecimento.

Por isso, a maioria das instituições financeiras acredita que já está impactando a inflação. O Copom avalia uma possibilidade de retomada da atividade no segundo semestre de 2022, ainda que menos intensa e mais concentrada no setor de serviços.

Na parte econômica, a contratação de crédito tem avançado positivamente. A economia brasileira deve crescer 4,9%, em 2021, e 1,4%, em 2022, de acordo com o relatório do Banco Mundial. Já as perspectivas apresentadas no Relatório Focus do Bacen de 03 janeiro de 2022 são de um crescimento de 4,5%, para 2021 e de 0,36% em 2022. O desempenho positivo se dá pelo ambiente de melhora da pandemia da Covid-19, avanço da vacinação, e da continuidade do auxílio emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Tabela 1 – Principais indicadores econômicos

	2020	2021	2022[1]
Produto Interno Bruto (PIB)	-3,80%	4,50%[1]	0,30%
Inflação	4,52%	10,06%	5.56%
Taxa de Câmbio (R$/US$)	5,20	5,58	5,50
Taxa Selic – Meta	2,00%	9,25%	12,25%
Taxa de desemprego (Pnad Contínua)	14,1%	11,1%[2]	-
Balança Comercial (US$ bilhões)	50,9	61,0	63,53

Fonte: Desenvolve SP (2022)

1 [1] Projeção – Relatório Focus de 18 de fevereiro de 2022 – Bacen

2 [2] Taxa de Desocupação no quarto trimestre de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desembolsos

Os desembolsos acumulados entre 2009 e 2021, totalizaram R$ 5,4 bilhões (11.528 operações), distribuídos em 464 municípios, para 179 prefeituras e 8.633 empresas. Em 2021, os desembolsos somaram R$ 736,1 milhões, sendo 63,1% liberados com recursos próprios e 36,9% com recursos de terceiros, atendendo 2.673 empresas e 27 prefeituras, abrangendo um total de 283 municípios.

Ainda sob efeito da pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas, o que provocou uma grande procura por capital de giro, representando 57,8% do valor desembolsado em 2021. Outros 41,7% foram destinados a projetos de investimento e 0,5% para máquinas e equipamentos.

Cabe destacar os pedidos de financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, com operações de até R$ 1 milhão, totalizaram R$ 234,1 milhões, através de 2.224 operações, 26,1% a mais que em 2020.

Prezando pelo desenvolvimento sustentável das empresas, o Desenvolve SP desembolsou, através da Linha LEV, o total de R$ 532,8 milhões para o Setor Privado. Somente em 2021, foi desembolsado R$ 186,2 milhões, aumento de 81,7% em relação a 2020.

As linhas Economia Verde Municípios (LVM), Água Limpa (LAL) e Iluminação Pública (LIP) são linhas destinadas ao Setor Público, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios. Foi desembolsado R$ 52,9 milhões no total, sendo R$ 8,7 milhões somente em 2021.

Para o setor de serviços, foi desembolsado em 2021, R$ 274,7 milhões, que correspondem a 37,3% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 35,2%, comércio com 22,8%, o setor público com 4,3%, e o setor do agronegócio com 0,4%.

Operações de Crédito

Neste ano, o saldo da carteira de crédito atingiu marca histórica, fechando 31 de dezembro de 2021 em R$ 2,1 bilhões, crescimento de 4,3% em relação a 2020.

Em decorrência da maior procura, em função da pandemia, as operações de crédito de capital de giro representam 49,2% da carteira, consolidando o papel do Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 6% de operações com vencimento de até 360 dias e 94% acima de 360 dias. Vale destacar que 89,9% da carteira está classificada entre os ratings “AA” e “C”.

Em 2021, o Desenvolve SP realizou a cessão de parte da sua carteira de crédito, uma operação inédita para uma agência de fomento nacional. O volume da transação foi de R$ 76,1 milhões e contou como cessionária a Companhia Paulista de Parcerias (CPP). Em todo o processo foram realizadas rodadas de sondagem de mercado com sete instituições nacionais e internacionais. Além disso, a iniciativa contou com a consultoria da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP), que desenvolveu um modelo de precificação para a cessão e emitiu sua opinião independente sobre a taxa de desconto adequada.

Essa operação, além de fortalecer o caixa do Desenvolve SP, posiciona a agência como uma originadora de operações de crédito, que poderá fazer a cessão recorrente desses créditos para o mercado de capitais.

Também neste ano, o Desenvolve SP realizou dois leilões de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses créditos são ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. O primeiro leilão do ano, que ocorreu em fevereiro, teve um montante de créditos de R$ 18,1 milhões, sendo adquiridos por R$ 16,9 milhões, o que representa um deságio de 6,8%. O segundo leilão, em julho, teve um montante de créditos de R$ 38 milhões, sendo adquiridos por R$ 37,3 milhões, o que representa um deságio de 1,8%. Os leilões são uma fonte de receita, que, além da taxa de juros da operação, recebe uma taxa de serviço de 2% sobre o valor de venda dos créditos.

ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

Seguem as principais ações da instituição alinhadas aos 6 pilares do Plano de Negócios do exercício de 2021:

INOVAÇÃO

Os desembolsos para inovação somaram R$ 123,7 milhões. No período de 2013 a 2021, o Desenvolve SP atingiu o total de R$ 367,1 milhões, sendo 37,8% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

FUNDING

Para cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, o Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a alta demanda.

Em 2021, o Desenvolve SP finalizou a captação junto à IFC, no modelo A/B loan com participação de 25% de funding do Banco Santander, para financiamento de projetos relacionados ao Programa Novo Rio Pinheiros do Governo do Estado de São Paulo e destinado ao tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos. O contrato é de US$ 30 milhões, com prazo de 5 anos para pagamento.

No final de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração processo de captação de US$ 195 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia soberana da União, destinados a projetos de inovação no estado de São Paulo por meio do desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento e prazo de pagamento de 24,5 anos.

Além disso, o Desenvolve SP mantem tratativa para a captação de US$ 90 milhões junto ao New Development Bank (NDB) e US$ 110 milhões com o BID, ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofiex), com foco em investimento de projetos de infraestrutura para os setores público e privado, com conteúdo de sustentabilidade.

MICROCRÉDITO

O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

Nos últimos 4 anos, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R$ 885,1 milhões, por meio de 76,4 mil contratos, beneficiando 500 municípios. Em 2021, alcançou o montante recorde de R$ 314,7 milhões, aumento de 37,1% em relação a 2020, beneficiando 19,4 mil microempreendedores.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O crédito para micro e pequenas empresas é um forte instrumento de política pública de inclusão social e econômica, com impactos diretos na geração de emprego. Em um cenário de crise decorrente de uma pandemia, essas empresas apresentam maior fragilidade financeira para enfrentar os desafios impostos.

O Desenvolve SP, cumprindo com seu papel de instituição financeira do Governo do Estado, lançou em 2021 medidas de crédito relevantes para combater os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19, proteger as empresas e preservar o emprego e a renda, tais como:

- Foi implantada a Linha Crédito Digital – Micro e Pequena, disponibilizando R$ 100 milhões em recursos próprios para atendimento a empreendimentos de todos os setores com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões, com taxa de juros de 0,8% ao mês acrescido da Selic, prazo de 60 meses e carência de 12 meses;
- Com o volume de solicitações realizadas e buscando focar o atendimento nos setores mais impactados, o Desenvolve SP reformulou a Linha Crédito Digital – Audiovisual, Economia Criativa, Turismo e Comércio. Com a disponibilização de mais R$ 50 milhões, a linha passou a atender apenas empresas com faturamento entre R$ 81 mil e R$ 360 mil, com taxa de juros de 1% ao mês acrescido da Selic, 60 meses para pagar e carência de 12 meses. Para permitir que empresas severamente afetadas pela crise não fossem prejudicadas no enquadramento e estabelecimento de limites de crédito, excepcionalmente foi autorizado que as empresas pudessem optar pela utilização do faturamento de 2019 ou de 2020.
- Implantação da Linha de Renegociação Emergencial 2021 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): A linha permitiu a suspensão de parcelas sem a alteração do prazo total da operação.

Devido a recidiva da pandemia, a forte demanda por crédito se manteve. Sendo as micro e pequenas empresas mais vulneráveis neste cenário adverso, o Desenvolve SP disponibilizou crédito a 2.443 delas, totalizando R$ 320,7 milhões em 2021 e consolidando-as como parte de seu público-alvo.

PREFEITURAS

O financiamento ao setor público, um dos focos estabelecidos no Planejamento Estratégico, atingiu a marca de R$ 882,5 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R$ 31,4 milhões, beneficiando 27 prefeituras.

Desde o início das operações com o setor público, 179 municípios paulistas já receberam financiamentos para projetos de infraestrutura, pavimentação urbana e projetos sustentáveis que proporcionem impacto ambiental positivo, como a redução na emissão de gás carbônico.

Com a proposta de aproximar o Desenvolve SP dos 645 municípios paulistas, no ano foram realizadas 489 reuniões técnicas com as prefeituras.

Entre os novos contratos de crédito assinados em 2021, estão projetos municipais na área de Meio Ambiente e Sustentabilidade, como, por exemplo, o financiamento de usinas fotovoltaicas e projetos para eficiência energética em iluminação pública. Além disso, o Desenvolve SP também firmou parceria com a Rede Nacional de Consórcios a fim de operar com esse modelo de agregação municipal.

O Desenvolve SP lançou também o Programa Desenvolve Municípios, o qual conta com subsídio do Governo do Estado o que permitirá reduzir a taxa das operações. Prevê um total de R$ 1 bilhão para investimentos em projetos de asfaltamento, recapeamento e iluminação pública. O programa conta com prazo total de até 96 meses, incluindo carência de até 24 meses.

Além destes programas, a instituição operou em outras frentes como o Programa Vale do Futuro e Pontal 2030, onde possui, nestes, R$ 23 milhões e R$ 53 milhões, respectivamente, em operações desde análise até liberação.

COBRANÇA

No cenário atual, é crucial para a autossustentabilidade da instituição uma forte gestão na cobrança, identificando precocemente operações que apresentem maior possibilidade de atrasos no pagamento e tomando todas as providências necessárias para evitar que essas se tornem inadimplentes e, posteriormente, sejam baixadas em prejuízo.

As ações de cobrança e jurídica contenciosa do Desenvolve SP mantiveram-se proativas, visando manter a qualidade dos créditos já concedidos.

Neste contexto, a instituição contratou mais dois escritórios de cobrança administrativa, que tornarão ainda mais efetivo este processo, bem como já conta com sete sociedades de advogados especializadas na cobrança contenciosa, que permitirão a adoção das medidas judiciais de forma mais célere.

Além disso, as duas unidades têm conjugado esforços visando à obtenção dos créditos de difícil recuperação, de forma a permitir uma melhoria na qualidade da carteira, bem como possibilitar o retorno do crédito com vistas à oferta para as demais empresas paulistas que dele necessitem. Como fruto dessas ações, em 2021 foram obtidos R$ 24,1 milhões em regularização de prejuízo, a maior da história.

Muitas empresas não conseguiram retomar suas atividades integralmente e o Desenvolve SP permitiu a prorrogação de parcelas de contratos (standstill) que se encontravam em situação regular, possibilitando a elas maior fôlego para fazer frente às despesas de pessoal e manter a adimplência do crédito junto à nossa instituição.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Desenvolve SP registrou em 2021 lucro líquido de R$ 101,5 milhões, **o maior de sua história,** representando crescimento de 107,3% em relação a 2020.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 194,6 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 44,5 milhões; gerando resultado operacional de R$ 150,1 milhões (91% maior que 2020). O destaque foi para os crescimentos de 57% nas receitas de operações de crédito e de 198% nas receitas com títulos e valores mobiliários. Em contrapartida, houve o crescimento de 174% nas despesas com operações de empréstimos e repasses. Com Patrimônio Líquido de R$ 2,3 bilhões, no encerramento do exercício, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) também foi o maior da história da instituição, 7,28%.

O Índice de Eficiência atingiu 34,2% em 2021, com uma redução de 7,5 p.p. em relação a 2020.

O total de ativos alcançou R$ 3,9 bilhões em 2021, composto por 49,5% de operações de crédito (destes, 53,1% de recursos próprios e 46,9% com recursos de terceiros), 46,6% de títulos e valores mobiliários e 3,9% de outros ativos.

O controlador aportou capital no montante de R$ 1,1 bilhão, fator preponderante para o crescimento de 48% dos ativos. Além disso, foram captados US$ 30 milhões junto à IFC e R$ 50 milhões junto ao Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

A agência de classificação de risco Fitch Ratings, em 2 de agosto de 2021, afirmou para o Desenvolve SP o rating nacional de longo prazo em ‘AA(bra)’ com perspectiva estável e ‘BB–’, com perspectiva negativa, para o rating de inadimplência de longo prazo em moedas estrangeira e local.

A Fitch ainda destaca que: “A qualidade dos ativos do Desenvolve SP mantém uma tendência positiva desde 2019. O índice créditos em atraso/total de créditos caiu para 7,65% ao final de 2020, de 11,3% um ano antes e 13% ao final de 2019”. A nota afirmada mostra a solidez do Desenvolve SP e sua capacidade de execução, mesmo diante de um cenário desafiador.

IX. DESTAQUES

Maior lucro líquido anual da história do Desenvolve SP, no valor de R$ 101,5 milhões, 107,3 % maior que em 2020;

Três aportes de capital pelo Governo de SP, totalizando R$ 1,07 bilhão;

Instituição do Programa Socioambiental Desenvolve SP com o objetivo de apoiar iniciativas, projetos e investimentos em políticas públicas associados a ações ESG;

Autorização para utilizar o selo Carbon Free Brasil, que reconhece empresas com práticas voltadas a zerar suas emissões de carbono;

Ingresso na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa ONU para mobilizar a comunidade empresarial na adoção e promoção dos Dez Princípios;

Desenvolve SP passou a integrar o Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela CETESB, para de reduzir a emissão de gases de efeito estufa;

Participação nas campanhas Inverno Solidário e Vacina contra a Fome;

Lançamento da Linha ESG – Saúde;

Desenvolve SP ultrapassa R$ 5 bilhões em desembolsos no acumulado histórico;

Desenvolve SP ultrapassa R$ 2 bilhões em sua carteira de crédito;

Desenvolve SP anuncia em fevereiro a disponibilização de R$ 100 milhões em crédito para capital de giro para apoiar micro e pequenas empresas e, em março, mais R$ 50 milhões para microempresas dos setores mais afetados pela pandemia;

Operacionalização da Linha Custeio Emergencial Agro SP do Feap/Banagro, destinando mais R$ 100 milhões aos produtores rurais paulistas que tiveram prejuízos decorrentes da pandemia de Covid-19, secas e/ou geadas que afetaram a produção;
Desenvolve SP concluiu a contratação e aporte de recursos iniciais de mais dois Fundos de Desenvolvimento, FPHIS e Fundovale;

Recursos provenientes do Fehidro passaram a ser administrados pelo Desenvolve SP;

Aprovação da implementação do fundo garantidor no âmbito do Programa PotencializEE, com objetivo de fornecer garantias a operações de eficiência energética e prevê a originação para o Desenvolve SP de mais de R$ 400 milhões em operações ao longo dos três anos de projeto com recursos do Governo Alemão e da União Europeia, operacionalizados pela agência alemã GiZ;

Assinatura de contrato com o IFC e Banco Santander, para captação de recursos no valor de US$ 30 milhões, destinados ao programa Novo Rio Pinheiros;

Venda da carteira de crédito do setor público para a CPP, no valor de R$ 78,8 milhões;
Leilões de créditos de ICMS, somando R$ 54 milhões;

Lançamento do Desenvolve Vale: atendimento na região do Vale do Ribeira;

Realização de 489 reuniões técnicas com as prefeituras;

Lançamento do Programa Desenvolve Municípios, que prevê um total de R$ 1 bilhão em investimentos em projetos de asfalto, recapeamento e iluminação pública;

Classificação pela Fitch Rating o rating nacional de longo prazo para o Desenvolve SP em AA (bra), com perspectiva estável e 'BB–', com perspectiva negativa, para o rating de inadimplência de longo prazo em moedas estrangeira e local;

Participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção;

Maior regularização de prejuízo da história, no valor de R$ 24,1 milhões;

Recorde de desembolso da Linha Economia Verde, no valor de 186 milhões, aumento de 81,7% em relação a 2020;

Recorde de quantidade de operações no Crédito Digital: 2.224 operações, 26,1% a mais que em 2020; e

Recorde de desembolso do Fundo Banco do Povo Paulista: R$ 315 milhões, aumento de 37,1% em relação a 2020.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luiz Márcio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Ricardo Lorenzini Bastos
Sergio Gusmão Suchodolski
Thiago Pinho Mardo

CONSELHO FISCAL
Efetivos:
Amauri Gavião Almeida Marques da Silva
Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo
Emilia Ticami
Roberto Yoshikazu Yamazaki
Thiago Rodrigues Liporaci
Suplentes:
Diogo Colombo de Braga
Elisabete Miyuki Nakayama
Glaucia Lino de Oliveira Barbosa
Marcelo Gomes Sodré
Vitor Manuel dos Santos Alves Junior

DIRETORIA COLEGIADA
Sergio Gusmão Suchodolski – Diretor Presidente
Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto - Diretor Financeiro e de Crédito
Cely de Campos Mantovani - Diretora Administrativa, de Projetos e Processos e Diretora de Negócios e Fomento em exercício

COMITÊ DE AUDITORIA
Jerônimo Antunes - Presidente
Francisco Vidal Luna
Izaura Antunes de Sá Finzetto
Walter Mallas Machado de Barros

FICHA TÉCNICA

31/12/2021

R$ 2,156 bilhões
Capital Social

R$ 101,5 milhões
Lucro Líquido

R$ 2.304 milhões
Patrimônio Líquido

R$ 3.886 Milhões
Ativos Totais

R$ 736 milhões
Desembolso em 2021

2.673
Empresas atendidas em 2021

27
Prefeituras atendidas em 2021

2.650
Operações novas em 2021

R$ 2.065 milhões
Saldo da Carteira de Crédito

7,28%
ROAE

34,2%
Índice de Eficiência

89,90%
Índice de Qualidade da Carteira (AA-C)

1,42%
Índice de Inadimplência

147
Colaboradores

Demonstrações financeiras findas em

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	31.12.2021	31.12.2020
DISPONIBILIDADES	**4**	**131**	**60**	**DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**		**1.500.092**	**1.418.409**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**3.874.643**	**2.595.775**	RECURSOS DE REPASSE	9A	991.643	986.263
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5A E 5B	1.804.700	615.641	EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	9B	447.657	275.920
INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS	5C	4.501	-	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	9C	60.792	156.226
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6E	2.065.442	1.980.134	**PROVISÕES**	**16**	**1.827**	**1.539**
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(140.616)**	**(108.361)**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS**	**10**	**48.567**	**24.086**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6A E 6E	(140.599)	(108.344)	**OUTROS PASSIVOS**	**11**	**31.453**	**22.106**
OUTROS CRÉDITOS		(17)	(17)				
ATIVO FISCAL DIFERIDO	**14B**	**71.870**	**59.084**				
OUTROS ATIVOS		**47.543**	**46.728**				
OUTROS VALORES E BENS	7A	41.968	41.983				
OUTROS CRÉDITOS	7B	5.575	4.745				
IMOBILIZADO DE USO	**8A**	**33.849**	**33.675**				
INTANGÍVEL	**8B**	**7.558**	**6.543**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**12**	**2.303.852**	**1.159.769**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		**(6.748)**	**(5.956)**	CAPITAL		2.156.476	1.054.902
IMOBILIZADO		(3.872)	(3.404)	CAPITAL DE DOMICILIADOS NO PAÍS		2.156.476	1.041.977
INTANGÍVEL		(2.876)	(2.552)	AUMENTO DE CAPITAL		-	12.925
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	**7A E 8A**	**(2.439)**	**(1.639)**	RESERVAS DE LUCROS		147.376	104.867
TOTAL DO ATIVO		**3.885.791**	**2.625.909**	**TOTAL DO PASSIVO**		**3.885.791**	**2.625.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração de Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	2º Sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**227.569**	**369.501**	**211.451**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6B	164.651	292.126	186.174
RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO		51.140	75.260	25.277
RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5C	11.778	2.115	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(108.771)**	**(174.873)**	**(92.965)**
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS, CESSÕES E REPASSES		(84.582)	(133.984)	(48.987)
OPERAÇÕES DE VENDAS OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS	6H	2.666	2.666	-
PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	6F	(26.855)	(43.555)	(43.978)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**118.798**	**194.628**	**118.486**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		**(24.268)**	**(44.183)**	**(40.029)**
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS	13A	22.129	38.455	37.423
DESPESAS DE PESSOAL	13B	(23.460)	(45.881)	(45.253)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	13C	(17.928)	(36.132)	(22.370)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	13D	(7.819)	(13.996)	(10.524)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	13E	3.032	13.856	1.518
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	13F	(222)	(485)	(823)
DESPESAS DE PROVISÕES		**(245)**	**(288)**	**75**
TRABALHISTA		(271)	(271)	89
OUTRAS		26	(17)	(14)
RESULTADO OPERACIONAL		**94.285**	**150.157**	**78.532**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(786)**	**(772)**	**(3.274)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**93.499**	**149.385**	**75.258**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**14**	**(29.817)**	**(43.888)**	**(22.988)**
IMPOSTO DE RENDA E CSLL CORRENTE		(36.665)	(56.556)	(28.802)
IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDO		6.848	12.668	5.814
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		**(2.562)**	**(3.976)**	**(3.287)**
RESULTADO LÍQUIDO		**61.120**	**101.521**	**48.983**
Nº DE AÇÕES		**1.902.204.132**	**1.902.204.132**	**1.000.000.000**
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		**0,03213**	**0,05337**	**0,04898**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2º Sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido do Período	61.120	101.521	48.983
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	**61.120**	**101.521**	**48.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucro		Total
Saldos em 01/01/2020	**1.041.977**	**-**	**18.341**	**62.101**	**-**	**1.122.419**
Aumento de Capital	**-**	**12.925**		**(12.925)**		
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**48.983**	**48.983**
Destinações:						
Reservas	-	-	2.449	32.574	(35.023)	
Dividendo mínimo obrigatório- JCP					(11.633)	(11.633)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	-	-	-	2.327	(2.327)	-
Saldos em 31/12/2020	**1.041.977**	**12.925**	**20.790**	**84.077**	**-**	**1.159.769**
Mutações do exercício	**-**	**12.925**	**2.449**	**21.976**	**-**	**37.350**
Saldos em 01/01/2021	**1.041.977**	**12.925**	**20.790**	**84.077**	**-**	**1.159.769**
Aumento de Capital	**1.114.499**	**(12.925)**	**-**	**(32.574)**	**-**	**1.069.000**
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	**-**	**-**	**-**	**(2.327)**	**-**	**(2.327)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**101.521**	**101.521**
Destinações:						
Reservas	-	-	5.076	41.021	(46.097)	-
Dividendo mínimo obrigatório- JCP	-	-	-	-	(24.111)	(24.111)
Juros sobre o capital próprio- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	31.313	(31.313)	-
Saldos em 31/12/2021	**2.156.476**	**-**	**25.866**	**121.510**	**-**	**2.303.852**
Mutações do exercício	**1.114.499**	**(12.925)**	**5.076**	**37.433**	**-**	**1.144.083**
Saldos em 01/07/2021	**1.156.476**	**-**	**22.810**	**77.962**	**-**	**1.257.248**
Aumento de Capital	**1.000.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.000.000**
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do semestre	**-**	**-**	**-**	**-**	**61.120**	**61.120**
Destinações:						
Reservas	-	-	3.056	24.747	(27.803)	-
Dividendo mínimo obrigatório- JCP	-	-	-	-	(14.516)	(14.516)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	-	-	-	18.801	(18.801)	-
Saldos em 31/12/2021	**2.156.476**	**-**	**25.866**	**121.510**	**-**	**2.303.852**
Mutações do período	**1.000.000**	**(12.925)**	**3.056**	**43.548**	**-**	**1.046.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º Sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		**93.499**	**149.385**	**75.258**
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		**27.861**	**46.148**	**45.871**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		26.855	43.555	43.978
Depreciação e amortização		398	792	893
Provisão para desvalorização de títulos livres		(437)	713	(564)
Constituição de perdas por *impairment* de ativos		800	800	1.639
Provisão para passivos contingentes		245	288	(75)
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		**121.360**	**195.533**	**121.129**
Variação ativo/passivo		**(1.101.772)**	**(1.113.975)**	**(19.351)**
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.042.381)	(1.063.619)	(40.585)
(Aumento)/redução operações de crédito		(44.083)	(96.607)	(730.414)
(Aumento)/redução créditos tributários		(6.908)	(12.786)	(6.180)
(Aumento)/redução outros créditos		36.330	(830)	(957)
(Aumento)/redução outros valores e bens		95	15	2.633
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		(41.354)	(95.434)	(11)
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		1.682	177.117	700.994
Aumento/(redução) outras obrigações		3.756	11.791	66.536
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.909)	(33.622)	(11.367)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(980.412)**	**(918.442)**	**101.778**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(64)	(174)	(86)
Aplicações no intangível		(171)	(1.015)	(1.098)
Baixa do imobilizado		-	-	6
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(235)**	**(1.189)**	**(1.178)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		-	(8.410)	(4.361)
Juros sobre o capital próprio pagos		(5.466)	(10.234)	(3.223)
Aumento de capital		1.000.000	1.069.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**994.534**	**1.050.356**	**(7.584)**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**13.887**	**130.725**	**93.016**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	**4**	**228.657**	**111.819**	**18.803**
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	**4**	**242.544**	**242.544**	**111.819**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**13.887**	**130.725**	**93.016**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

O Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”) é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

No 2º semestre de 2021, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº. 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, que substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082. Até 30 de junho de 2022, deve ser elaborado e remetido ao Bacen plano para a implementação, aprovado pelo Conselho de Administração. A Instituição está avaliando a aplicação do normativo e, portanto, não é possível ainda mensurar os seus efeitos. As Resoluções CMN nºs 4.967/21 e 4.975/21, também divulgadas no 2º semestre de 2021, não produzirão impactos sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

A) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

C) Instrumentos financeiros

I. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e
II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

II. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme disposto pela Resolução n° 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução n° 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

D) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

E) Imobilizado de uso e Intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

F) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020 e, em decorrência da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória nº 1.034/2021), foi majorada em mais 5% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota da CSLL retorna ao percentual de 20%.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b, incluindo o valor decorrente da majoração da alíquota citada anteriormente.

G) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pro- rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

H) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, sendo os principais critérios:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

I) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

J) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

K) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	131	60
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota 5)	242.413	111.759
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	242.544	111.819

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A) Composição da carteira – Títulos e Valores Mobiliários

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.421.076	1.421.076	-	386.519	386.519
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	21.359	21.359	-	20.147	20.147
Cotas de Fundo de Renda Fixa	242.413	-	242.413	111.759	-	111.759
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP	-	115.676	115.676	80.175	13.375	93.550
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	6.188	6.188	1.429	3.536	4.965
(-) Provisões para desvalorizações	-	(2.012)	(2.012)	(227)	(1.072)	(1.299)
Total	**242.413**	**1.562.287**	**1.804.700**	**193.136**	**422.505**	**615.641**

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

B) Cotas de Fundos de Investimento em Participações

	31.12.2021				31.12.2020			
Fundo	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	21.983	49.568	-	25.000	24.754	38.065	-
BBI Financial I	10.000	10.000	45.706	(253)	10.000	9.780	29.701	(123)
CRP Empreendedor	10.000	2.343	9.104	-	10.000	5.268	12.409	-
Aeroespacial	15.000	7.303	11.298	(1.645)	15.000	9.380	13.375	(1.029)
Total	**60.000**	**41.629**	**115.676**	**(1.898)**	**60.000**	**49.182**	**93.550**	**(1.152)**

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (Inovação Paulista), FinHealth Gestão de Recursos S/A (BBI Financial I), CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda (Aeroespacial).

C) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de hedge) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

O Desenvolve SP adota a contabilidade de hedge ou hedge accounting, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de hedge são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

		31.12.2021		31.12.2020	
Swap - ativo	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
(US$+Libor+taxa) x (R$+%CDI)	**158.205**	**4.501**	**2.115**	**-**	**-**

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

					31.12.2021	31.12.2020
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	-	2.173	2.456	162.699	167.328	-
Instrumento	-	(6.268)	(8.379)	19.148	4.501	-

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge:*

				31.12.2021			31.12.2020
	Valor referencial	**Valor da Curva**	**Ajuste a Mercado**	**Valor de Mercado**	**Valor da Curva**	**Ajuste a Mercado**	**Valor de Mercado**
Objeto	158.205	168.708	(1.380)	167.328	-	-	-
Instrumento	158.205	5.881	(1.380)	4.501	-	-	-

6 - Operações de crédito

A) Carteira por modalidade

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos	198.553	758.188	956.741	190.472	745.930	936.402
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	57.073	128.377	185.450	95.262	204.934	300.196
Empréstimos	251.810	671.441	923.251	175.113	568.423	743.536
Total da Carteira de Crédito	507.436	1.558.006	2.065.442	460.847	1.519.287	1.980.134
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(31.173)	(109.426)	(140.599)	(20.733)	(87.611)	(108.344)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**476.263**	**1.448.580**	**1.924.843**	**440.114**	**1.431.676**	**1.871.790**

B) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Financiamentos	73.363	102.001	75.442
Empréstimos	56.837	133.021	60.119
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	14.190	33.003	30.652
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	20.261	24.101	19.960
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-	1
Total	**164.651**	**292.126**	**186.174**

C) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2021	Participação	31.12.2020	Participação
Setor Público	249.181	12%	377.535	19%
Administração Direta	249.181	12%	377.394	19%
Atividades Empresariais	-	-	141	-
Setor Privado	1.816.261	88%	1.602.599	81%
Outros serviços	1.013.285	49%	870.832	44%
Comércio	401.613	20%	310.843	16%
Indústria	395.214	19%	413.600	21%
Rural	4.173	-	3.043	-
Pessoas Físicas	1.976	-	4.281	-
Total	**2.065.442**	**100%**	**1.980.134**	**100%**

D) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal										31.12.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	327.248	422.634	447.059	652.529	44.656	26.597	32.732	16.545	57.128	2.027.128	1.961.320
01 a 30	10.039	9.442	10.481	14.117	901	888	705	216	479	47.268	56.390
31 a 60	8.550	8.339	7.944	12.325	788	747	597	394	349	40.033	35.358
61 a 90	8.455	8.090	7.667	11.384	814	732	591	392	340	38.465	32.353
91 a 180	24.490	25.887	24.333	36.732	2.319	2.167	1.776	1.175	1.627	120.506	99.265
181 a 360	46.758	52.817	50.586	76.246	4.996	4.196	3.444	2.079	3.155	244.277	227.306
Acima de 360	228.956	318.059	346.048	501.725	34.838	17.867	25.619	12.289	51.178	1.536.579	1.510.648
Parcelas Vencidas	-	45	409	949	185	156	25	101	293	2.163	1.000
01 a 30	-	45	258	359	113	124	-	101	293	1.293	783
31 a 60	-	-	151	590	72	32	25	-	-	870	217
Subtotal	**327.248**	**422.679**	**447.468**	**653.478**	**44.841**	**26.753**	**32.757**	**16.646**	**57.421**	**2.029.291**	**1.962.320**

Operações em Curso Normal[a]										31.12.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	5.552	5.646	5.223	6.614	1.605	5.733	30.373	14.181
01 a 30	-	-	-	72	100	98	123	34	274	701	556
31 a 60	-	-	-	72	100	127	133	35	266	733	543
61 a 90	-	-	-	72	103	125	138	34	259	731	530
91 a 180	-	-	-	218	375	377	481	103	712	2.266	1.479
181 a 360	-	-	-	565	796	746	976	203	1.229	4.515	2.436
Acima de 360	-	-	-	4.553	4.172	3.750	4.763	1.196	2.993	21.427	8.637
Parcelas Vencidas	-	-	-	341	518	734	853	196	3.136	5.778	3.633
01 a 30	-	-	-	90	104	101	75	20	98	488	175
31 a 60	-	-	-	79	88	93	79	20	96	455	186
61 a 90	-	-	-	118	128	90	102	17	88	543	1.244
91 a 180	-	-	-	54	198	333	430	45	274	1.334	828
181 a 360	-	-	-	-	-	117	167	94	2.367	2.745	823
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	213	213	377
Subtotal	-	-	-	5.893	6.164	5.957	7.467	1801	8.869	36.151	17.814
Total	327.248	422.679	447.468	659.371	51.005	32.710	40.224	18.447	66.290	2.065.442	1.980.134

[a] Operações vencidas acima de 59 dias.

E) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		31.12.2021		31.12.2020	
Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	327.248	-	491.559	-
A	0,5	422.679	(2.113)	449.067	(2.245)
B	1,0	447.467	(4.475)	355.873	(3.559)
C	3,0	659.370	(19.781)	532.277	(15.968)
D	10,0	51.004	(5.101)	38.178	(3.818)
E	30,0	32.711	(9.813)	14.026	(4.208)
F	50,0	40.226	(20.113)	10.814	(5.407)
G	70,0	18.447	(12.913)	50.671	(35.470)
H	100,0	66.290	(66.290)	37.669	(37.669)
Total		**2.065.442**	**(140.599)**	**1.980.134**	**(108.344)**

F) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	118.512	108.344	83.223
Créditos baixados para prejuízo	(4.768)	(11.300)	(18.857)
Provisão constituída	26.855	43.555	43.978
Saldo Final	**140.599**	**140.599**	**108.344**

G) Informações complementares

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Créditos renegociados [a]	278.267	421.485	639.426
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	20.260	24.101	19.960

[a] Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. O montante apresentado, relativo ao exercício de 2020, inclui as operações com prorrogações de prazos para pagamento de prestações, em virtude da pandemia do COVID-19, as quais, em virtude da Resolução n° 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução n° 4.855/20 do CMN, puderam ser mantidas no nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante os requisitos citados na nota explicativa nº 3c. As operações renegociadas, no exercício de 2021 mantiveram, no mínimo, os ratings vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

H) No 2º semestre de 2021, foi realizada a cessão de créditos sem coobrigação de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, pelo valor de R$ 78.824, para a Companhia Paulista de Parcerias. Em decorrência, houve a redução do valor contábil das Operações de Crédito, em R$ 76.158, e o registro de receita de R$ 2.666.

7 - Outros Ativos

A) Outros Valores e Bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			31.12.2021	31.12.2020
Ativos não financeiros mantidos para venda – Imóveis recebidos	41.913	(1.689)	40.224	41.024
Despesas antecipadas	55	-	55	70
Total	**41.968**	**(1.689)**	**40.279**	**41.094**

B) Outros Créditos

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Devedores diversos - País	1.318	-	1.318	2.349	-	2.349
Rendas a receber	3.381	-	3.381	1.471	-	1.471
Adiantamentos e antecipações salarias	167	-	167	217	-	217
Devedores por compra de valores e bens	32	137	169	26	144	170
Outros	540	-	540	538	-	538
Total	**5.438**	**137**	**5.575**	**4.601**	**144**	**4.745**

8 - Imobilizado e Intangível

A) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de Depreciação	
					31/12/2021	31/12/2020
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	-	11.6000	-	-	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(2.404)	(751)	17.006	17.327
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.571	(1.103)	-	468	494
Sistema de Processamento de Dados	20%	138	(109)	-	29	15
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(156)	-	96	48
Instalações	**10%**	**127**	**(100)**	**-**	**27**	**36**
Total em 31/12/2021	**33.849**		**(3.872)**	**(751)**	**29.226**	**-**
Total em 31/12/2020	**33.675**		**(3.404)**	**(751)**	**-**	**29.520**

B) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			31.12.2021	31.12.2020
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(2.876)	2.568	2.892
Software – gerados internamente em andamento	2.114	-	2.114	1.099
Total em 31/12/2021	**7.558**	**(2.876)**	**4.682**	**-**
Total em 31/12/2020	**6.543**	**(2.552)**	**-**	**3.991**

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

A) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

					31.12.2021		31.12.2020	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	14.176	63.296	72.808	310.712	460.992	46,48	528.056	53,54
FUNGETUR	7.731	38.549	55.633	323.651	425.564	42,92	306.372	31,06
FINEP	2.380	11.145	12.434	61.612	87.571	8,83	124.104	12,59
FINAME	917	3.713	4.028	8.858	17.516	1,77	27.731	2,81
Total	**25.204**	**116.703**	**144.903**	**704.833**	**991.643**	**100,00**	**986.263**	**100,00**

B) Empréstimos no exterior

							31.12.2021	31.12.2020
Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	Circulante	Não circulante	Total	Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	16.224	97.699	113.923	111.911
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	11.810	74.686	86.496	85.191
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	10.687	69.223	79.910	78.818
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	Libor 6M + 2,45%	158.205	4.629	162.699	167.328	-
Total				**430.015**	**43.350**	**404.307**	**447.657**	**275.920**

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado swap offshore e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve a primeira tranche liberada, no montante de US$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado hedge, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

C) Outros passivos inanceiros

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica [a]						
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	23.380	-	23.380	116.545	-	116.545
Programa Água Limpa	2.342	22.369	24.711	606	24.331	24.937
Programa Frota Nova Município	1.804	8.429	10.233	2.183	9.559	11.742
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	717	1.316	2.033	1.156	1.301	2.457
Programa Renova SP	20	305	325	102	387	489
Subtotal	28.263	32.419	60.682	120.592	35.578	156.170
Depósitos vinculados	110	-	110	56	-	56
Total	**28.373**	**32.419**	**60.792**	**120.648**	**35.578**	**156.226**

[a] Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo ao Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10 - Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	19.917	-	19.917	9.373	-	9.373
Contribuição Social	21.294	-	21.294	8.903	-	8.903
Impostos e contribuições sobre salários	2.903	117	3.020	2.648	110	2.758
COFINS	1.826	-	1.826	843	-	843
Impostos e contribuições diferidos	-	2.001	2.001	-	1.883	1.883
PIS	297	-	297	137	-	137
Outros	212	-	212	189	-	189
Total	**46.449**	**2.118**	**48.567**	**22.093**	**1.993**	**24.086**

11 - Outros Passivos

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias(a)	18.723	-	18.723	10.392	-	10.392
Outras Obrigações (b)	12.314	416	12.730	11.321	393	11.714
Total	**31.037**	**416**	**31.453**	**21.713**	**393**	**22.106**

A) Sociais e estatutárias

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	16.204	-	16.204	8.410	-	8.410
Participação nos lucros	2.519	-	2.519	1.982	-	1.982
Total	**18.723**	**-**	**18.723**	**10.392**	**-**	**10.392**

B) Outras Obrigações

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Credores diversos	654	-	654	3.484	-	3.484
Provisões para despesas de pessoal	3.751	416	4.167	3.474	393	3.867
Fornecedores	3.120	-	3.120	3.171	-	3.171
Provisões para despesas administrativas	4.101	-	4.101	946	-	946
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	283	-	283	242	-	242
Cobrança e arrecadação de tributos	405	-	405	4	-	4
Total	**12.314**	**416**	**12.730**	**11.321**	**393**	**11.714**

12 - Patrimônio líquido

A) Capital social

O capital social de R$ 2.156.476 (R$ 1.054.902 em 2020) está representado por 1.902.204.132 (1.000.000.000 em 2020) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de março de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$ 63.925, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R$ 51.000) e aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (R$ 12.925). Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$ 50.574 relativos às reservas de lucros do exercício de 2020 (R$ 32.574) e aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R$ 18.000). Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital no montante de R$ 1.000.000, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do estado de São Paulo. As aprovações pelo Banco Central do Brasil ocorreram em 23 de abril de 2021, 1º de junho de 2021 e 23 de dezembro de 2021, respectivamente.

B) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram destinados para essa reserva o montante de R$ 5.076 (R$ 2.449 em 2020).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R$ 31.313 em 2021 (R$ 2.327 em 2020).

C) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

No exercício findo em 2020, em decorrência da Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, alterada pela Resolução CMN nº. 4.885 de 23 de dezembro de 2020, os juros sobre o capital próprio foram limitados a 30% (trinta por cento) do lucro líquido.

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido	101.521	48.983
(-) Reserva Legal	(5.076)	(2.449)
Base de Cálculo Ajustada	96.445	46.534
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	24.111	11.633
JCP adicionais propostos	31.313	2.327
Reserva de lucros	41.021	32.574

D) Lucro por ação

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do período	61.120	101.521	48.983
Número de Ações	1.902.204.132	1.902.204.132	1.000.000.000
Lucro por ação (R$)	0,03213	0,05337	0,04898

13 - Desdobramento das contas de resultado

A) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Receitas de prestação de serviços	14.590	23.439	15.418
Rendas de tarifas bancárias	7.539	15.016	22.005
Total	22.129	38.455	37.423

B) Despesas de pessoal

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Proventos	(13.349)	(25.996)	(24.828)
Encargos sociais	(4.738)	(9.344)	(8.721)
Benefícios	(3.692)	(7.018)	(8.755)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.382)	(3.010)	(2.383)
Treinamento	(209)	(313)	(302)
Estagiários	(90)	(200)	(264)
Total	**(23.460)**	**(45.881)**	**(45.253)**

C) Outras despesas administrativas

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Serviços do sistema financeiro[a]	(1.794)	(8.029)	(1.516)
Serviços técnicos especializados	(3.584)	(7.416)	(6.473)
Processamentos de dados	(3.143)	(6.621)	(4.174)
Propaganda e publicidade [b]	(2.366)	(2.391)	(1.045)
Serviços de terceiros	(1.920)	(2.275)	(802)
Contribuições filantrópicas	(1.130)	(1.980)	(395)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(954)	(1.834)	(2.225)
Manutenção e conservação de bens	(736)	(1.435)	(905)
Patrocínios e relações públicas[b]	(849)	(1.359)	(1.640)
Transporte	(366)	(631)	(534)
Depreciação	(238)	(468)	(603)
Publicações	(169)	(373)	(195)
Amortização	(159)	(324)	(290)
Vigilância e segurança	(125)	(259)	(671)
Comunicações	(106)	(209)	(245)
Materiais de Escritório	(88)	(169)	(316)
Água, energia e gás	(83)	(155)	(164)
Viagem no país	(74)	(112)	(82)
Seguros	(44)	(92)	(95)
Total	**(17.928)**	**(36.132)**	**(22.370)**

[a] Contempla o montante de R$ 7.768 (R$ 1.559 2º sem/2021), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

[b] As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

D) Despesas tributárias

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Contribuição ao COFINS	(5.973)	(10.646)	(7.213)
Contribuição ao PIS	(971)	(1.730)	(1.172)
ISSQN	(681)	(1.302)	(1.414)
IPTU	(122)	(244)	(646)
Outras	(72)	(74)	(79)
Total	**(7.819)**	**(13.966)**	**(10.524)**

E) Outras receitas operacionais

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Variação Cambial s/empréstimo no exterior	-	9.889	-
Ajuste valor de mercado s/empréstimo no exterior	1.968	1.968	-
Recuperação de Despesas	447	1.195	1.098
Reversão Despesas Administrativas	238	351	28
Laudos de avaliação de bens	110	180	270
Outras	269	273	122
Total	**3.032**	**13.856**	**1.518**

F) Outras despesas operacionais

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com operações de crédito	(199)	(291)	(70)
Atualização IRPJ	-	(86)	-
Atualização CSLL	-	(84)	-
Variação cambial s/depósitos no exterior	(23)	(24)	(2)
Impairment de imóveis	-	-	(751)
Total	**(222)**	**(485)**	**(823)**

14 - Imposto de renda e contribuição social

A) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2º sem/2021		31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	93.499	93.499	149.385	149.385	75.258	75.258
Participação dos empregados	(2.562)	(2.562)	(3.976)	(3.976)	(3.287)	(3.287)
Resultado após a participação dos empregados	90.937	90.937	145.409	145.409	71.971	71.971
Alíquotas vigentes[a]	25%	23,79%	25%	22,37%	25%	19,28%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes[b]	(22.734)	(21.635)	(36.352)	(32.529)	(17.993)	(13.873)
Adições	(9.493)	(7.536)	(15.067)	(11.921)	(13.264)	(10.126)
Exclusões	4.826	3.851	7.282	5.806	10.947	8.422
Incentivos Fiscais	995	-	1.193	-	799	-
Prorrogação de licença maternidade	68	-	91	-	106	-
Juros sobre capital próprio	8.329	6.664	13.856	11.085	3.490	2.691
Imposto de Renda e CSLL corrente	(18.009)	(18.656)	(28.997)	(27.559)	(15.915)	(12.887)
Ativo Fiscal Diferido líquido	4.279	2.629	7.066	5.720	3.374	2.806
Passivo fiscal diferido liquido	(34)	(26)	(66)	(52)	(204)	(162)
Imposto de Renda e CSLL diferido	4.245	2.603	7.000	5.668	3.170	2.644
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(13.764)	(16.053)	(21.997)	(21.891)	(12.745)	(10.243)

[a]Conforme Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020; A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1º julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

[b]Apuração da CSLL, conforme § 1º do art. 30B, da Instrução Normativa RFB nº 1942, de 27 de abril de 2020.

B) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2020	Baixa	Constituição	Saldo em 31.12.2021
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	56.334	(11.364)	20.747	65.717
Rendas de atraso	542	(405)	1.442	1.579
Provisões para desvalorização de BNDU	400	-	360	760
Provisões para desvalorização de títulos livres	585	(370)	691	906
Provisões para passivos contingentes	693	(48)	179	824
Provisões para despesas administrativas	522	(357)	1.911	2.076
Provisões para outros créditos	8	-	-	8
Total dos créditos tributários diferidos	59.084	(12.544)	25.330	71.870
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(1.883)	-	(118)	(2.001)
Total das obrigações tributárias diferidas	**(1.883)**	**-**	**(118)**	**(2.001)**

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN n° 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	Acima de 2026	Total
Valor nominal	12.404	22.725	10.184	8.337	5.271	12.949	71.870
Valor presente	11.131	18.895	7.896	6.040	3.573	7.397	54.932

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. No exercício de 2021, foram registrados no ativo intangível o valor de R$ 1.016 (R$ 1.098 em 2020) referente ao desenvolvimento do sistema GFESP – Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à sustentação dos sistemas do Desenvolve SP e do site institucional foram levados à despesa no valor de R$ 3.433.

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVEST SÃO PAULO – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R$ 2.738 (R$ 1.722 em 2020).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R$ 62 (R$ 96 em 2020).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R$ 85 (R$ 42 em 2020).

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IMESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R$ 292 (R$ 162 em 2020).

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE - Doação de R$ 850 equivalente a dez mil cestas básicas ao Programa Alimento Solidário, do governo do estado, com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia do coronavírus para as famílias carentes paulistas em 2021.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º sem/2021	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de Curto Prazo	6.812	13.524	13.311
Superintendentes	5.216	10.058	10.585
Diretoria[a]	696	1.638	1.251
Conselho de Administração[a]	351	761	662
Comitê de Auditoria	344	679	630
Conselho Fiscal	205	388	183
Outros Benefícios de Longo Prazo	123	292	246
Diretoria[a]	123	292	246
Total	**6.935**	**13.816**	**13.557**

[a] Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo

Natureza	31.12.2020	Baixa	Constituição	31.12.2021
Trabalhista	852	(42)	312	1.122
Cível	687	(64)	82	705
Total	1.539	(106)	394	1.827

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhista	855	1.007
Cível	942	890
Total	1.797	1.897

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.
A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço **https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/** , no site da instituição.

A) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

B) Estrutura Organizacional

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

C) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

A) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.

A Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), ligada à Diretoria de Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

A Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup), por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.
O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA^{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

B) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional prevê, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA^{OPAD}, conforme metodologia determinada pelo Bacen.
A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

C) Risco de Liquidez

A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

D) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

E) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o risco de mercado da carteira de crédito é preponderante em relação ao da carteira de tesouraria; (iii) a instituição não toma decisões de alocação da carteira de crédito com base nesse risco; e (iv) esse risco é ínfimo se comparado ao Patrimônio de Referência (PR) da instituição, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

F) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A Suric é responsável pela produção dessas informações.

23 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o Risco de Taxas de Juros das Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação (R_{BAN}).

24 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Instituição destaca parte do seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital.

Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da Instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A RAS da instituição impõe o limite mínimo para o Índice de Basileia de 20%, contra o mínimo de 8% determinado pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R$ MIL	
	31.12.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	2.299.169	1.155.778
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	1.949.169	805.778
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.949.169	805.778
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	2.299.169	1.155.778
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	0	0
CAPITAL PRINCIPAL	2.299.169	1.155.778
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.226	29.521
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.146.429	1.941.537
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	304	108
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	318.542	257.136
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classi icadas na carteira de negociação	1.098	1.972
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	2.465.276	2.198.782
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	945.359	373.368
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 1,25% a partir de 01/10/2021 e 2,5% a partir de 01/04/2022	49.306	27.485
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP	1.071.543	600.419
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10%, considerando ACP)	**79,06%**	**36,65%**
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	**79,06%**	**36,65%**
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	**79,06%**	**36,65%**

26 - Análise de Sensibilidade

A Instituição classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

Desta forma, a realização de testes de estresse da carteira bancária observa as normas do Bacen, estabelecidas pela Circular nº 3.365, de 14/9/2007, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classi icadas na carteira de negociação.

Um dos testes consiste em veri icar, por meio de choques paralelos das curvas de juros, em quantos pontos percentuais seria necessário elevar as taxas dessas curvas para que fosse registrada uma perda de 5%, 10% e 20% do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados, diariamente, para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
NÚMERO DE PONTOS PERCENTUAIS DE CHOQUES PARALELOS DE TAXA DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré - Fixada	---	---	---
Cupom de taxa de juros - TJLP	---	---	---
Cupom de taxa de juros - TLP	---	---	---
Cupom de índice de preço - IPCA	---	---	---
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	---	---	---
Cupom de índice de preço - INPC	---	---	---
Fundos de Investimento de Renda Fixa	67,23	410,25	---

Nota: Pontos percentuais não informados referem-se à impossibilidade de mensurar a estimativa, devido ao fato de o valor da exposição ser menor que o valor de perda previsto no cenário.

Cenário 1: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 5% do PR (R$ 97,5 milhões).

Cenário 2: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 10% do PR (R$ 194,9 milhões).

Cenário 3: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 20% do PR (R$ 389,8 milhões).

27 - Outras Informações

A) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas do Covid-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo dos anos de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), nos âmbitos de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal.

Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

• Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;

• Operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo standstill (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

B) Resultados recorrentes/não recorrentes

	31.12.2021			31.12.2020		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	369.501	-	369.501	211.451	-	211.451
Despesas da Intermediação Financeira	(174.873)	-	(174.873)	(92.965)	-	(92.965)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	194.628	-	194.628	118.486	-	118.486
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (1)	(43.621)	(850)	(44.471)	(38.810)	(1.144)	(39.954)
Resultado Operacional	151.007	(850)	150.157	79.676	(1.144)	78.532
Resultado não Operacional (2)	(772)	-	(772)	(860)	(2.414)	(3.274)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	150.235	(850)	149.385	78.816	(3.558)	75.258
Imposto de Renda e Contribuição Social (3)	(43.888)	-	(43.888)	(12.814)	(10.174)	(22.988)
Participações no Lucro	(3.976)	-	(3.976)	(3.287)	-	(3.287)
Lucro Líquido	**102.371**	**(850)**	**101.521**	**62.715**	**(13.732)**	**48.983**

Resultados não recorrentes:
(1) Referem-se à doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R$ 850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa nº 13.c) e valores de multas (R$ 394 em 2020) e impairment sobre ativo imobilizado(R$ 750 em 2020).

(2) Referem-se a:
2020: prejuízos na alienação de BNDU (R$ 2.408 mil), prejuízos na alienação de imobilizado (R$ 6).

(3) Referem-se a:
2020: valores a maior dos tributos sobre o lucro (-R$ 11.660), em virtude da limitação da remuneração do capital, disposta na Resolução CMN nº. 4.820 e alterada pela Resolução CMN nº. 4.885, e efeito dos tributos sobre os demais ajustes (R$ 1.486).

28 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

DIRETORIA COLEGIADA
Sergio Gusmão Suchodolski – Diretor Presidente
Cely de Campos Mantovani – Diretora Administrativa, de Projetos e Processos e Diretora de Negócios e Fomento em exercício
Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto – Diretor Financeiro e de Crédito

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luiz Márcio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Ricardo Lorenzini Bastos
Sergio Gusmão Suchodolski
Thiago Pinho Mardo

COMITÊ DE AUDITORIA
Jerônimo Antunes – Presidente do Comitê de Auditoria
Francisco Vidal Luna
Izaura Antunes de Sá Finzetto
Walter Mallas Machado de Barros

CONSELHO FISCAL
Amauri Gavião Almeida Marques da Silva – Conselheiro Fiscal Efetivo;
Elisabete Miyuki Nakayama – Conselheira Fiscal Suplente;
Emília Ticami – Conselheira Fiscal Efetiva;
Vitor Manuel dos Santos Alves Júnior – Conselheiro Fiscal Suplente;
Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro Fiscal Efetivo;
Diogo Colombo de Braga – Conselheiro Fiscal Suplente;
Thiago Rodrigues Liporaci – Conselheiro Fiscal Efetivo;
Glaucia Lino de Oliveira Barbosa – Conselheira Fiscal Suplente;
Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo – Conselheira Fiscal Efetiva;
Marcelo Gomes Sodré – Conselheiro Fiscal Suplente.

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL
Karen Kemely Mussi Mhereb
Contadora CRC 1SP327691/O-9

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores do
Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R$ 140.599 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n° 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos do Desenvolve SP. A Administração considerou os impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da pandemia denominada COVID-19.

Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Créditos tributários

Conforme Nota Explicativa nº 14, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$ 71.870 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da pandemia da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos

procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução n° 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Março de 2021 a Fevereiro de 2022

1 - INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP") foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

O Comitê, com funcionamento permanente, é composto por quatro membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do Comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, (ii) à qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

2 - ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê se reuniu 15 vezes entre março de 2021 a fevereiro de 2022, realizando 217 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. O Coordenador do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados resumidamente nas atas das reuniões encaminhadas previamente a esse colegiado, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.

O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas.

3 - RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê efetuou recomendações à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, compliance, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas.

4 - AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Auditoria Independente é responsável pelos exames das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.

5 - AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados com abrangência adequada e qualidades apropriadas ao longo do período.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos

6 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.

7 - CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, entende que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação do Banco Central e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da Instituição e, ponderadas as limitações decorrentes de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Jerônimo Antunes
Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria

Izaura A. de Sá Finzetto
Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 07 de março de 2022.

AMAURI GAVIÃO ALMEIDA MARQUES DA SILVA
Conselheiro

CLAUDIA MARIA MENDES DE ALMEIDA PEDROZO
Conselheira

EMILIA TICAMI
Conselheira

ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI
Conselheiro

THIAGO RODRIGUES LIPORACI
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

JORGE LUIZ AVILA DA SILVA
Presidente

EDUARDO MARSON FERREIRA
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN
Conselheiro

LUIZ MÁRCIO DE SOUZA
Conselheiro

RICARDO LORENZINI BASTOS
Conselheiro

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO
Conselheiro

SÉRGIO GUSMÃO SUCHODOLSKI
Conselheiro

THIAGO PINHO MARDO
Conselheiro

Rua da Consolação, 371, Térreo
Centro – São Paulo – SP – Brasil
CEP: 01301-000
Tel.: (11) 3123-0464

desenvolvesp.com.br

/ agenciadesenvolvesp

/ desenvolvesp

/ Desenvolve_SP

/ agenciadesenvolvesp

DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda e Planejamento